

A Economia Agrária Goiana (1930-1960)

Barsanufo Gomides Borges

Doutor em História Econômica pela USP e Professor Titular do Departamento de História da UFG.

O presente artigo esboça uma análise de trinta anos de história agrária goiana (1930-1960), fase marcada por mudanças significativas nas relações cidade-campo no Brasil. A industrialização do Sudeste estimulou a expansão da fronteira agrícola para o Centro-Oeste e integrou a economia agrária regional ao mercado. Neste período, a agropecuária goiana ampliou sua inserção na divisão inter-regional do trabalho e se especializou como atividade complementar da economia urbano-industrial de São Paulo.

A economia goiana tornou-se, após a crise da mineração, essencialmente agrária com baixo índice de circulação monetária. O isolamento geográfico e a falta de meios de transporte dificultaram o desenvolvimento de práticas mercantis no Estado. A pecuária foi a exceção, a produção bovina manteve-se organizada como atividade de mercado e exportava-se gado de corte para os mercados do Centro-Sul e Norte-Nordeste. O comércio do gado garantia uma certa rentabilidade ao setor agrário e a arrecadação fiscal do erário público estadual. Além disso, o criatório foi a atividade econômica principal responsável pela ocupação efetiva dos sertões em Goiás, pois a economia mineratória foi localizada em algumas regiões auríferas que se esgotaram rapidamente e a agricultura comercial desenvolveu-se somente a partir das primeiras décadas deste século.

As mudanças estruturais ocorridas no país, a partir de 1930, criaram condições que alteraram esse quadro da economia goiana. A agropecuária regional, baseada na pecuária de corte e nas lavouras alimentares, passou a organizar-se como atividade complementar da economia do Sudeste. Todavia, a relação de subordinação do agro goiano em relação à economia urbano-industrial permaneceu, até por volta dos anos 60, numa fase que se poderia chamar de “espontânea”. Os vínculos inter-setoriais se limitavam às operações livres de

trocas: a sociedade agrária goiana vendia produtos primários e comprava manufaturados. Em alguns casos, essas operações envolviam obrigações específicas: financiamento ao produtor rural e compra de sua produção pela indústria a preços preestabelecidos. A regra geral era, nessa fase, o escoamento da produção agrícola através de agentes compradores do comércio atacadista, pois os vínculos entre agricultura e indústria eram ainda indiretos (Benvindo, 1984, p. 70).

A implantação de vias de transporte possibilitou uma maior inserção da economia do sul do Estado ao mercado logo nas primeiras décadas do século, enquanto a região norte permaneceu isolada e esparsamente povoada até os anos 60. A atividade agropecuária se distribuía no conjunto do Estado de acordo com a modalidade de ocupação e a qualidade agrônômica da terra: nas regiões de cerrado predominava a criação extensiva do gado; nos vales e nas zonas de mata, a agricultura e a extração de madeira. A maior parte da população vivia no campo e dedicava-se às atividades primárias. Uma precária rede de estradas e caminhos ligava as fazendas aos núcleos urbano existentes.

Agricultura

A produção agrícola goiana manteve-se organizada como *economia do excedente* até o início do século, onde a população sertaneja dedicava-se, sobretudo, à própria subsistência e de forma secundária à troca de produtos que excediam às suas necessidades. As lavouras eram exploradas, geralmente, em regime de trabalho familiar com técnicas primitivas e predatórias que em pouco tempo exauriam o solo, tornando assim a agricultura uma atividade econômica quase itinerante no Estado. A abundância de terras “livres” disponíveis favorecia a exploração agrícola extensiva com o mínimo de investimento.

A falta de mercado local e de meios de transporte eficientes para escoar a produção para outros estados, representavam problemas cruciais para o desenvolvimento da atividade agrícola regional. O carro de bois e as tropas eram os meios de transporte até então disponíveis em Goiás, ambos com capacidade de carga limitada por volume, inviabilizando

assim as exportações de produtos agrícolas. Segundo fonte oficial, muitas vezes a produção excedente não pagava nem mesmo seu próprio transporte e era preferível deixá-la "apodrecer na roça"¹.

A industrialização no Sudeste do país e a implantação de uma infra-estrutura de transportes fizeram avançar a fronteira agrícola e a economia de mercado rumo ao Centro-Oeste, alterando as relações campo-cidade. A economia agrária goiana ampliou a sua inserção na divisão inter-regional do trabalho, como produtora de gêneros alimentícios de primeira necessidade, e iniciou um processo lento e desigual de diversificação e especialização.

A implantação da Estrada de Ferro Goiás, a partir das primeiras décadas do século, interligando o território goiano ao Sudeste do país, contribuiu para romper os *grilhões* que condicionavam a produção agrícola regional a uma situação de quase subsistência. As lavouras cresceram e especializaram-se ao ritmo do prolongamento dos trilhos. Dessa forma, ao lado da pecuária de corte, a agricultura começava a se organizar também como atividade mercantil. A produção que antes apodrecia nas roças, por falta de meios de transporte para escoá-la, passou a ser exportada para os mercados do Centro-Sul.

O arroz foi o primeiro produto agrícola goiano exportado em escala considerável. Praticada de forma tradicional pela população sertaneja, como atividade de subsistência, a orizicultura encontrou condições favoráveis (clima e solo) para se desenvolver como lavoura comercial nas zonas de terra de mata. Como gênero de primeira necessidade, o arroz produzido em Goiás vai atender a demanda de alimentos principalmente da população pobre trabalhadora do setor urbano-industrial do Sudeste.

Comerciantes atacadistas localizados nas cidades da zona da Estrada de Ferro controlavam a compra do arroz, o qual, depois de beneficiado, era vendido para os mercados de Minas Gerais e São Paulo. Os cerealistas compravam o arroz do agricultor no período da

¹ Goiás. **Mensagem do Presidente do Estado ao Congresso Legislativo Estadual. "Goyaz"**, Cidade de Goiás, 31 mai. 1900.

safra, a preço baixo, e revendiam na entressafra. De forma que os aumentos de preço do produto não chegavam ao lavrador, favorecendo apenas o intermediário. Assim, o comércio do arroz, controlado mormente por sírios e libaneses, tornou-se um importante negócio nos terminais ferroviários da região.

No final dos anos 50, Goiás ocupava o quarto lugar na produção nacional de arroz, dispunha de 11,4% da área total cultivada com o cereal e produzia cerca de 10,8% do total do arroz do país, superado apenas pelos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais². Neste período, parte dessa cultura já era praticada em terrenos arados em algumas áreas do sudoeste e *mato grosso goiano*, onde o rendimento médio era de 1.460 quilos por hectare, com uma produtividade próxima à dos paulistas e mineiros, porém, bem inferior à dos gaúchos (Capes, 1959, p. 93).

O milho ocupava o segundo lugar na produção agrícolas do Estado. Todavia, a maior parte desse produto era consumida internamente na alimentação de animais. Nos anos quarenta registrou-se uma redução na área cultivada de milho em favor da cultura do arroz, acusando uma queda na produção. No final da década de 50 Goiás ocupava o sexto lugar na produção nacional de milho³.

O Estado era também um importante produtor de café fora da região Sudeste do país. Em 1958, ocupava o quinto lugar na produção nacional do produto. Só o município de Anápolis produziu, naquele ano, cerca de 479 mil sacas de café⁴. A maior parte da produção era exportada para o Centro-Sul.

O agro goiano, no seu conjunto, continuou tradicional ao longo do período estudado. Mesmo com a especialização da produção e sua maior inserção ao mercado, as transformações no setor ocorreram de forma lenta e desigual. Registrou-se, porém, um crescimento no volume

²O Popular, Goiânia, 10 fev. 1960.

³ O Popular, citado, 07 jul. 1959.

⁴O Popular, citado, 03 jul. 1959.

da produção e o início da mecanização de algumas lavouras no sul do Estado. Segundo dados dos Censos Agrícolas, após 1940 ocorreu uma redução ininterrupta do número de estabelecimentos rurais por arado. A redução deste coeficiente em Goiás foi superior à média nacional. Nas décadas de 50 e 60, registrou-se uma redução na relação entre as áreas totais dos estabelecimentos e o número de tratores, bem como entre este último e a quantidade de pessoas ocupadas na agropecuária. O Estado contava, em 1950, com apenas 86 tratores. Em 1960, este número havia se elevado para 1.349 unidades⁵.

Os maiores índices de tecnificação na agricultura regional foram alcançados no vale do Paranaíba. Segundo estimativas da Secretaria da Agricultura do Estado, em Itumbiara e Santa Helena a mecanização adquiriu forte incremento. Nesses municípios havia, em 1959, cerca de quinhentos tratores. As máquinas eram empregadas na agricultura de exportação, especialmente no cultivo das lavouras de arroz, as quais expandiam como atividade mercantil (Capes, 195, p. 93).

Geograficamente, o crescimento da produção agrícola em Goiás se deu de forma heterogênea no tempo e no espaço. Primeiro no sudeste, na região da Estrada de Ferro e, em seguida, no sudoeste e no *mato grosso goiano*. Esse desenvolvimento desigual do processo produtivo ocorreu também em relação aos ramos da produção e às categorias de produtores: o crescimento do índice de mecanização das lavouras ocorreu primeiro nas culturas de exportação e nos médios e grandes estabelecimentos agrícolas. Essa diferenciação, na verdade, refletia a dinâmica dos níveis de integração capitalista da economia agrária regional, tornando o Estado economicamente bastante heterogêneo como totalidade espacial, subsistindo simultaneamente diversos processos de produção.

O sudeste goiano, favorecido pela posição geográfica e pela penetração de vias de transportes, foi a primeira região a integrar-se à fronteira agrícola. Porém, a zona da Estrada

⁵ IBGE - Censos Agropecuários, 1950 e 1960.

de Ferro, pioneira na produção comercial de produtos agrícolas como o arroz, logo entrou num processo de crise econômica até a decadência. Após 1940 registrou-se acentuada queda na produção agrária da região. Cidades como Catalão, Ipameri e Pires do Rio, que cresceram com a chegada dos trilhos e com o desenvolvimento agropecuário, estagnaram-se com a queda na produção das lavouras.

Na verdade, houve no Estado uma reestruturação do espaço agrário após 1940. A fronteira agrícola abre novas frentes de expansão e avança para o sudoeste e o *mato grosso goiano*. Logo estas regiões assumiram a liderança no processo de produção e especialização agrícola. Segundo dados do Censo Agrícola de 1960, o *mato grosso goiano* produziu, em 1959, cerca de 26% do arroz, 34% do milho, 48% do feijão e 68% do café produzidos em Goiás. Assim, o rápido esgotamento do solo das áreas pioneiras levou ao abandono progressivo da zona da Estrada de Ferro e à ocupação de novas áreas na fronteira oeste e central do Estado. Assim, os anos 40 e 50 marcaram o recuo na ocupação das terras do vale do Corumbá, em busca dos solos de mata dos vales do S. Patrício e do Paranaíba.

A agricultura goiana, mesmo permanecendo tradicional no seu conjunto, respondia com crescimento da produção aos estímulos advindos com o aumento da demanda de alimentos no mercado do Sudeste. A explicação do baixo índice de produtividade não estava apenas na falta de uma maior mecanização no campo ou nas condições agronômicas das terras, principalmente, na forma pela qual estavam organizadas as tradicionais modalidades de exploração agrária. Assentada no complexo latifúndio-minifúndio, a agropecuária goiana continuou baseada em arcaicas relações sociais de produção, as quais foram incorporadas, sem trauma, ao processo de produção de mercadorias.

A produção agrícola no Estado, no período, oscilava entre fases de expansão e de retração. O crescimento das lavouras se dava mais pela incorporação de novas áreas na fronteira que pelo aumento da produtividade por área cultivada. A instabilidade da atividade

era agravada por fatores tais como: irregularidade no regime de chuvas, exaustão do solo nas regiões de ocupação mais antiga e a flutuação de preço dos bens primários.

QUADRO 1

GOIÁS - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, PRINCIPAIS PRODUTOS

(Em Toneladas)

Produtos	1920	1940	1950
Arroz	37.427,6	61.361	256.069
Milho	133.823,3	155.452	235.479
Café	3.344,0	5.588	13.453
Feijão	10.947,0	12.370	39.283

FONTE: IBGE - **Censo Agrícola**, 1950.

Todavia, os problemas cruciais da agricultura goiana continuavam sendo as dificuldades de escoamento da safra e a política de preços agrícolas. Sempre que havia aumento da produção, o agricultor via seu produto encalhado nas roças à espera de transporte e de comprador (Capes, 1959, p. 94). Faltavam meios de transporte eficientes para escoar a produção até aos terminais ferroviários de exportação. Esta deficiência de transporte elevava os custos da produção e o preço final dos bens primários exportados reduzindo, assim, a competitividade da produção agrícola goiana nos mercados do Sudeste.

Na tentativa de proporcionar uma idéia aproximada quanto à incidência específica da renda gerada na atividade agrícola, o Estudo Capes (1959) calculou as seguintes margens de renda deixadas por uma saca de arroz colhida no município de Jussara (vale do S. Patrício), beneficiada em Goiânia e vendida em São Paulo:

Setores e Atividades	Cr\$	Percentagem
Primário (lavoura)	525	61%

Secundário (beneficiamento)	20	2%
Terciário (transporte, comércio, impostos)	324	37%
TOTAL	869	100%

A falta de uma política de crédito ao produtor também dificultava o desenvolvimento da agricultura regional. Os financiamentos bancários estavam amarrados a certas padronizações que tornavam difícil para a grande massa de agricultores se beneficiar do restrito sistema de crédito existente. Faltava às agências do Banco do Brasil autonomia e ainda não havia “carteira agrícola” organizada no Estado⁶.

Na verdade, a agricultura em Goiás ainda era uma atividade econômica pobre e exercida predominantemente pelo pequeno produtor. Posseiros, colonos e meeiros eram responsáveis pela maior parte da produção de gêneros alimentícios. As linhas de créditos existentes para o setor agrário beneficiavam sobretudo os grandes proprietários que dedicavam-se mais à pecuária que à agricultura.

Na reestruturação do espaço agrário, a partir de 1940, a atividade pastoril tende a substituir a produção agrícola em algumas regiões do Estado. O fenômeno ficou conhecido, na historiografia regional, como "pecuarização da lavoura". Na zona cortada pelos trilhos da “Goiás” esse processo foi mais intenso. No município de Pires do Rio, por exemplo, a expansão da pecuária sobre a agricultura provocara um êxodo da população rural, forçado pela falta de terras de cultivo, açambarcadas pelos criadores de gado⁷.

Nos anos 50, o processo de substituição da lavoura pela pecuária na região sudeste do Estado intensificou-se ainda mais. Em vários municípios, boa parte dos lavradores fora expulsa da terra pela “refuncionalização” das atividades agrárias que transformou a *terra de trabalho* em *terra de gado*. Dados do Censo Agrícola de 1960 revelam que as áreas de

⁶ **O Popular**, citado, 15/16 nov. 1958.

lavoura, na referida região, sofreram uma forte retração. No município de Ipameri, outrora grande centro produtor e exportador de arroz, a área agrícola cultivada registrou uma queda de aproximadamente 25%, reduzindo-se de 5.391 para 4.029 hectares. Em Vianópolis, a redução da área cultivada foi ainda maior, de aproximadamente 40%, caindo de 2.776 para 1.625 ha. O município de Anápolis, tradicional produtor e exportador de cereais, em dez anos registrou uma queda na produção agrícola, em termos de área cultivada, de mais de 30%; de 17.236 caiu para 11.940 ha⁸.

O sudoeste goiano talvez tenha sido a exceção nesse processo de “refuncionalização” do espaço agrário, que resultou no avanço da pecuária sobre as lavouras. A implantação de estradas de rodagem na região e a proximidade dos mercados do Triângulo Mineiro, estimularam o crescimento e a melhoria do rebanho bovino concomitante à expansão da atividade agrícola e à mecanização das lavouras de exportação. A maior integração capitalista da economia regional, a partir dos anos 50, resultou no aumento da área cultivada e no uso intensivo do solo, assim como na melhoria da qualidade das áreas de pastagem. No município de Rio Verde, por exemplo, onde crescia a especialização da produção agrícola e iniciava-se um processo de modernização no campo, em dez anos a área cultivada se elevou de 11.200 para 31.362 ha. Em contrapartida, no município de Jataí, registrava-se um decréscimo da ordem de 30% da área agrícola⁹.

Apesar desse aumento registrado das áreas cultivadas e do início da tecnificação das lavouras de exportação em algumas regiões, o crescimento agrícola, no seu conjunto, continuou muito instável e desigual ao longo do período. Segundo fonte oficial, a agricultura

⁷ **Correio Oficial**, Goiânia, 22 agos. 1941.

⁸ IBGE - **Sinopse do Censo Agrícola do Estado de Goiás (1950-1960)**. Serviço Nacional de Recenseamento, 1960, p. 7.

⁹ IBGE - **Sinopse do Censo Agrícola do Estado de Goiás (1950-1960)**, citado, p. 10.

ainda não pesava muito na economia estadual. Apesar do crescimento da produção de arroz, milho, algodão, café, fumo e de outros produtos, a sociedade goiana ainda vivia do boi¹⁰.

“Enquanto o gado se locomove a pé, por longas distâncias, em direção aos centros de mercados, dispensando os meios de transportes, o agricultor necessita do transporte certo para exportar os seus produtos, correndo o risco de depreciá-los na sua qualidade e, o que é mais importante, no seu valor”¹¹.

Para Campos (1985, p. 35), a “pecuarização da lavoura” tinha como justificativas: a) ser a lavoura, a de arroz especialmente, uma cultura de desbravamento utilizada para contribuir com o processo de limpeza do terreno recentemente desbravado; b) haver mais financiamento destinado à agricultura que à pecuária. Disso se pode concluir que a chamada “pecuarização da lavoura” é uma decisão econômica de redução de custos de mão-de-obra, em especial, de eliminação de risco, dada à variação de preços e à insegurança quanto aos preços mínimos dos produtos agrícolas.

É verdade que as culturas temporárias, praticadas pelo arrendatário e meeiro ou posseiro, foram o principal meio utilizado pelo fazendeiro para desbravar e “amansar” as terras de mata, as quais eram depois ocupadas pela pecuária extensiva. Esta prática era, inclusive, a forma de reduzir custos de produção das pastagens. É discutível, entretanto, a afirmação de que havia mais financiamentos destinados à agricultura que à pecuária, mesmo porque se fosse verdade, o fenômeno da “pecuarização das lavouras” não teria ocorrido de forma tão intensa em algumas regiões. Como foi analisado antes, faltava crédito ao agricultor, notadamente ao pequeno produtor. Em 1952, do total dos empréstimos bancários destinados aos setores produtivos da economia goiana, 43% foram para a pecuária e apenas 5,2% para a agricultura. Entre 1952 e 1958, o Banco do Brasil aumentou em 18 vezes os créditos para as lavouras e mesmo assim, os produtores agrícolas receberiam apenas 20% do total dos

¹⁰ **Boletim Estatístico**, nº 7, Departamento Estadual de Estatística. Goiânia, fev. 1945.

¹¹ **Goiás - Uma Nova Fronteira Humana**. Conselho de Imigração e Colonização, Rio de Janeiro, 1949, p. 52.

empréstimos e os pecuaristas 24,5%¹². Como se observa, a argumentação de que a agricultura recebia mais financiamento que a pecuária não se sustenta.

Na realidade, o avanço das pastagens sobre as lavouras foi uma prática adotada, sobretudo, nas zonas de solo exaurido pela atividade agrícola tradicional. Com incentivo do poder público, a fronteira agrícola avançava em direção às terras mais férteis, criando novos espaços econômicos. A exploração agrícola na fronteira garantia maior rentabilidade com menor custo de produção. Além disso, o avanço da pecuária sobre as terras agrícolas era indício de uma maior especialização da produção agrária no Estado. A alternância de atividades produtivas no campo respondia, assim, às exigências do mercado à medida que a agropecuária regional se definia, cada vez mais, como atividade complementar da economia urbano-industrial do Sudeste.

Com o crescimento da urbanização em Goiás, aumentaria naturalmente o consumo interno de gêneros alimentícios. A agricultura comercial, que produzia essencialmente para o mercado “externo”, passou a se organizar, também, em função da demanda local. O aumento populacional de Goiânia, Anápolis e de outras cidades do Estado, assim como a construção de Brasília, influenciaram diretamente no crescimento do mercado agrícola regional. O aumento da demanda local de alimentos reduzia, em parte, a dependência do agro goiano em relação aos mercados do Centro-Sul e abria novas perspectivas de crescimento e modernização do setor.

A partir dos anos 60, o setor agrário brasileiro passaria por uma significativa transformação. Sob a égide do Estado autoritário, a agricultura conheceu um processo de “modernização conservadora” que resultaria na criação de um novo padrão agrário no Brasil.

Na posição de fronteira agrícola do país, o Centro-Oeste conheceu uma intensa expansão capitalista no campo. Apoiada nos incentivos fiscais e no crédito subsidiado, a

¹² **Brasil Central**, Goiânia, 20 mar. 1960.

produção agrícola regional passaria a organizar-se também “para fora”, em função da demanda de alimentos e matérias-primas no mercado internacional.

A necessidade crônica de divisas cambiais e de aumento da produção de alimentos para o mercado interno, levaram os governos militares a adotarem uma nova política agrícola para o Brasil, a qual promoveu uma reorganização capitalista no campo que deu início ao desenvolvimento de um novo padrão agrário. Em Goiás, as culturas de exportação como a da soja, algodão e milho, ocupariam posição de destaque na nova formação agrária do Estado.

Pecuária

O grande rebanho bovino formava o *alicerce mais sólido* da economia agrária regional. A expansão das fazendas de gado foi responsável pela ocupação de grandes áreas de terra, especialmente nas áreas de cerrado.

A atividade pecuária em Goiás tem início na fase da mineração. À sombra do ouro desenvolveu-se uma ativa sociedade de criadores e comerciantes de gado. Ainda no período colonial, muitas fazendas e arraiais surgiram a partir dessa atividade econômica (Moreyra, 1982). Os caminhos da penetração do gado em território goiano partiram de dois núcleos principais: os currais nordestinos e os paulistas. Fazendeiros do Piauí e da Bahia conduziram suas boiadas, subindo o São Francisco; depois de percorrerem o oeste baiano e ultrapassar a fronteira natural do Espigão Mestre, alcançaram o território goiano. Pará e Maranhão também foram pontos de partida de rebanhos, os quais seguiram o vale do Tocantins e se dispersaram a partir do norte do Estado. O gado que partiu de São Paulo e Minas Gerais palmilhou a mesma trilha dos mineradores; após atravessar o Triângulo Mineiro, os rebanhos expandiram em território goiano.

O capital exigido para desenvolver a atividade pastoril era mínimo. Além do gado, quase não havia investimentos no setor. As construções nas fazendas eram rústicas e os métodos de produção rotineiros. O Planalto Central era dotado de uma topografia, clima e

vegetação adequados à atividade pecuária (Gomes, 1969). A pastagem natural do cerrado favorecia o manejo do gado e reduzia os custos da atividade.

Predominava na pecuária goiana, de início, o gado nativo conhecido como "curraleiro" ou "pé-duro". Uma espécie rústica proveniente dos primórdios tempos da colonização e muito adaptada à criação extensiva do cerrado. Na segunda metade do século XIX, o rebanho bovino goiano recebeu decisiva influência do desenvolvimento da pecuária da bacia do Rio Grande, em Minas Gerais. O gado zebu foi introduzido no Triângulo Mineiro e no sul de Goiás nas últimas décadas do século passado (Capes, 1959, p. 21). As raças indianas (Gyr e Guzerath) se destacaram na formação e melhoria do gado de corte. O nelore (atualmente o gado de corte mais difundido no Estado) somente desenvolveu-se em Goiás mais tarde, depois de 1960 com a modernização do setor agrário. Nas exposições agropecuárias regionais, realizadas no final dos anos 50, apenas 4,14% do rebanho bovino era formado de gado nelore, enquanto a raça gyr compunha cerca de 86% do plantel em exposição¹³.

O cruzamento das raças indianas com o gado nativo deu origem ao tipo que ficou conhecido como *indubrasil*, espécie bovina que adaptou-se bem às condições das pastagens do cerrado e à forma de transporte das boiadas.

Apesar dos vários problemas enfrentados pela pecuária regional, os quais serão analisados mais adiante, o rebanho bovino goiano atingia, em 1956, os seis milhões de cabeças, quando o Estado passou a ocupar a quinta posição na produção nacional, ultrapassado apenas por Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

Apesar do crescimento registrado no rebanho, a pecuária goiana continuou sendo uma atividade predominantemente extensiva e apresentava baixos índices de produtividade. A pastagem do cerrado era pobre e de pouco valor alimentar, suportando em média, uma rês por

¹³ **Brasil Central**, citado, 27 set. 1959.

três hectares. A atividade pastoril inserida na divisão regional do trabalho, como produtora de carne a preço baixo para o mercado do Sudeste, continuava tradicional e com capacidade limitada de transformação e modernização.

O aumento das exportações brasileiras de alimentos, durante a Segunda Guerra Mundial, sobretudo de proteína animal, resultou numa substancial recuperação do preço do boi produzido em Goiás. A arroba da carne subiu em torno de 60% nos mercados de São Paulo, onde encontravam-se instalados os grandes frigoríficos¹⁴. Todavia, a recuperação do preço do boi não se sustentou por muito tempo; com o fim do conflito internacional, a arroba da carne voltou a baixar no mercado e o preço do produto continuou instável ao longo do período estudado.

No sudoeste goiano, estava o melhor rebanho bovino do Estado. A proximidade da região com o Triângulo Mineiro facilitava a importação de melhores raças para o aprimoramento do plantel e para onde era exportada a maior parte da produção de gado. A interligação da região com o Estado de São Paulo por via rodoviária, com a construção da ponte Mendonça Lima no Rio Grande (1943), abriu-se uma nova rota de exportação do gado goiano sem a intermediação dos comerciantes mineiros. Assim, as boiadas poderiam ser vendidas diretamente aos frigoríficos paulistas.

No norte do Estado, continuou a predominar o gado nativo com um rebanho bovino de baixa qualidade. Mesmo com o aumento das exportações da carne, via aérea, para as capitais do Norte-Nordeste nos anos 40 e 50, as condições da pecuária regional não se alteraram muito. A maior parte das fazendas de gado permanecera organizada de forma precária, com baixo investimento. O sertanejo criava o gado na “larga”, quase não havia cerca dividindo pastos e fazendas. A aquisição de arame era difícil, especialmente em razão da falta de transporte e a baixa mercantilização da produção.

¹⁴ **Boletim Estatístico**, citado, p. 39.

Todavia, a falta de sal a para alimentação do gado era o maior problema para o criatório nortense. Complemento alimentar básico para o desenvolvimento dos rebanhos, o produto era raro nas fazendas locais. Os mercados do sal mais próximos encontrava-se há milhares de quilômetros para a maioria dos fazendeiros: em Belém, capital do Pará ou nos terminais ferroviários do sudeste goiano. Dessa forma, a melhoria das condições da pecuária nortense não passava apenas pelo aperfeiçoamento genético das raças bovinas. O isolamento geográfico da região e a baixa rentabilidade da atividade pastoril, dificultavam a importação de insumos básicos para a desenvolvimento dos rebanhos.

O Censo Agropecuário de 1950 registrou no Estado de Goiás 63.736 estabelecimentos agropecuários, os quais ocupavam uma área total de 245.881 quilômetros quadrados e representavam 40% do território estadual. As pastagens ocupavam em torno de 63% da área dos estabelecimentos. A forma pela qual a terra era explorada evidencia a predominância da pecuária como atividade econômica.

Segundo Bertran (1978, p. 113) o predomínio da pecuária deve ser visto como uma fatalidade a que Goiás foi forçado, mais pela míngua de população, de capital e de terras de cultura do que pelo seu caráter inato. Para o autor, o gado foi, por excelência, “produção marginal de espaços marginais”.

Admitir o predomínio da atividade pastoril na economia goiana apenas como fatalidade natural e histórica é desconhecer a lógica da organização da produção agrária regional e as relações inter-setoriais que a envolviam.

A partir da segunda metade do século passado, com a expansão do café no oeste paulista, a economia agrária goiana se especializara na produção e exportação de gado de corte para o Centro-Sul, inserindo-se numa divisão regional do trabalho agrícola. Com a industrialização do Sudeste, a produção agropecuária regional tornou-se uma atividade complementar da economia urbano-industrial paulista. Assim, não poderia ser a pecuária uma "produção marginal de espaços marginais", como concebe Bertran. A atividade pastoril era o

sub-setor mais dinâmico da economia agrária goiana que, inserido na divisão regional do trabalho, vai desempenhar papel relevante no processo de acumulação do capital. A produção e exportação de proteína animal, a baixo preço, contribuiria na redução dos custos da reprodução da força de trabalho no setor urbano-industrial do Sudeste. Dessa forma, a agropecuária goiana estava articulada aos demais setores da economia capitalista e assim deve ser analisada e compreendida.

É verdade que as condições naturais e a estrutura agrária tradicional, favoreceram o desenvolvimento da pecuária como *carro chefe* da economia regional. Mesmo com os baixos índices de produtividade dos rebanhos e as constantes oscilações no preço do boi no mercado, a economia pastoril manteve-se como principal atividade de exportação do Estado. Os baixos investimentos e as relações de trabalho não capitalistas reduziam os custos de produção nas fazendas e garantiam uma renda relativamente alta no setor, o que viabilizava o processo produtivo e mantinha a pecuária como atividade mercantil inserida na dinâmica da economia de mercado.

Enfim, o predomínio da atividade pastoril no Estado não foi decorrência apenas de condições agrônômicas e de fatores inatos ou históricos. Foi resultante principalmente da forma pela qual a produção agrária estava organizada e inserida na divisão regional do trabalho. A subordinação da produção agropecuária ao mercado forjou a um tipo de especialização no campo que privilegiou a produção de certos bens primários de menor custo e de maior demanda no mercado, no caso, especialmente o gado de corte.

Apesar do predomínio da pecuária e seu papel na acumulação de capital no agro goiano, vários fatores inter-relacionados dificultavam a transformação e modernização desta atividade econômica no Estado. A primeira dificuldade era a deficiência do transporte no escoamento da produção. A maior parte do gado continuava sendo conduzida por terra, percorrendo longas distâncias até os mercados do Sudeste.

A segunda dificuldade era as perdas na comercialização do gado em pé. A venda do boi aos frigoríficos do Sudeste estava sujeita a uma estrutura oligopsônica de mercado que rebaixava o preço do produto goiano. Ou seja, poucas empresas frigoríficas de São Paulo e Minas Gerais controlavam a compra do gado de corte, as quais impunham preço de monopólio na aquisição do boi. Essa estrutura de comercialização impedia que o aumento do preço final da carne para o consumidor chegasse até ao produtor.

As perdas na comercialização do gado agravavam-se à medida que a pecuária goiana estava submetida a uma divisão regional de trabalho, entre criadores e invernistas. Isto é, o novilho produzido em Goiás era vendido aos boiadeiros de Minas e São Paulo que dedicavam-se à engorda e à comercialização do boi.

Alguns fazendeiros abastados do sudoeste goiano dispunham de invernadas de engorda do gado em Barretos ou em outros municípios paulistas. Com a possibilidade de eliminar a intermediação comercial do invernista, os criadores poderiam vender o boi diretamente à indústria frigorífica, reduzindo, assim, parte das perdas na comercialização do gado em pé. Todavia, uma minoria dos produtores goianos encontrava-se nessa condição, a maior parte da produção regional estava sujeita à especulação comercial que aviltava o preço do boi.

Assim, a maior dificuldade da pecuária goiana era a falta de indústria frigorífica para a industrialização do boi no Estado. Estimava-se que no transporte das boiadas por terra e nas transações comerciais do gado, a pecuária de corte perdia entre 30 e 40% de seu real valor¹⁵. Perdia-se renda e arrecadação fiscal na venda do animal em pé. Dessa forma, a solução para os problemas da pecuária regional passava, necessariamente, pela industrialização local do boi. Do contrário, o capital “externo” que controlava o comércio e a industrialização da carne, continuaria a acumular a maior parte do excedente econômico produzido na pecuária goiana.

¹⁵ **Correio Oficial**, citado, 16 mar. 1944.

No transporte do gado por terra até às invernadas de engorda, o boi chegava em *pele* e *osso*, onde era obrigado a permanecer, em média, entre seis meses a um ano para recuperar o peso e chegar ao ponto de abate. As conseqüências eram o aumento dos custos de produção e a desvalorização do novilho produzido em Goiás, o qual, ao ser abatido nos frigoríficos de Minas e São Paulo, custava mais que os similares produzidos naqueles estados e, o que era pior, havia ultrapassado a idade ideal para a boa qualidade da carne.

O desenvolvimento e a transformação da atividade pecuária exigiam, assim, um processo moderno de industrialização local do boi. No início dos anos 40, o Conselho Técnico de Economia e Finanças, órgão de planejamento econômico estadual, reivindicava do Governo Federal a instalação em território goiano do "Grande Frigorífico Nacional do Brasil Central"¹⁶, indústria estatal, projetada durante a ditadura Vargas, que visava melhorar o abastecimento interno e controlar a produção de carne no Centro-Oeste. Argumentava-se que o Estado tinha na pecuária a sua principal atividade econômica e localizava-se na zona central do país, próximo a outros centros produtores de gado, como Mato Grosso e Minas Gerais. A idéia era que Goiânia fosse a sede da indústria da carne no Brasil Central.

Com a queda de Vargas (1945) e a reorientação liberal da economia brasileira, a proposta da criação do monopólio estatal da carne no Centro-Oeste não se concretizaria. Não obstante o empenho econômico e político da Sociedade Goiana de Pecuária na criação de frigoríficos locais, o número de abates de bovinos no Estado permaneceu muito baixo e se limitava às charqueadas e matadouros tradicionais. Em 1956 apenas 4% do gado de corte produzido eram abatidos no próprio Estado (Capes, p. 107). A exportação do boi em pé permaneceu como problema crucial da pecuária regional até os anos 60, quando começou a implantação de modernas indústrias frigoríficas em Goiás.

¹⁶ Goiás. **Relatório apresentado ao Presidente Getúlio Vargas pelo Interventor Federal no Estado, Pedro Ludovico Teixeira, 1940-1942**, p. 20.

A industrialização do boi implicaria, além da implantação de frigoríficos, na existência de meios de transporte modernos e eficientes para o escoamento da carne, produto altamente perecível. A forma mais adequada de transportar o produto seria através de vagões-frigoríficos da Estrada de Ferro. Porém, em plena decadência, a ferrovia goiana ainda não dispunha de tais unidades de transporte. Somente no programa de reaparelhamento das linhas em 1956 é que se previu a aquisição de 33 unidades daqueles¹⁷.

A acentuada queda do preço do boi, a partir da segunda metade da década de quarenta, resultante da referida estrutura de comercialização do gado e do desajuste financeiro do setor, marcou um período de retração da atividade pastoril em Goiás. Segundo Coimbra Bueno (1948), governador de Goiás, a desvalorização do zebu ocasionou rápido decréscimo nas atividades pecuárias e o conseqüente despovoamento de inúmeras pastagens.

Segundo estimativa da Sociedade Goiana de Pecuária, a atividade pastoril no Estado sofrera, em 1940, perdas de aproximadamente 65 milhões de cruzeiros. No ano de 1943, o setor experimentara prejuízos ainda maiores, superiores a 70 milhões¹⁸. Além da perversa estrutura de mercado que permeava as relações cidade-campo, o Estado populista adotara uma política deliberada de transferência de excedentes econômicos e de forças produtivas para o setor urbano-industrial, principalmente via controle de preço dos produtos agropecuários de primeira necessidade.

Em última análise, a produção agropecuária goiana apesar de continuar organizada de forma tradicional no seu conjunto, especializava-se em função do mercado e configurava-se como reserva de *acumulação primitiva* para o sistema de acumulação. A subordinação do agro ao capital e a sua articulação com o moderno setor urbano-industrial do Sudeste, consubstanciavam-se no chamado desenvolvimento desigual e combinado da economia capitalista no Brasil.

¹⁷ **Revista Ferroviária**, Rio de Janeiro, 1957, p. 67.

Bibliografia

- BENVINDO, Francisco Martins. **Acumulação capitalista e Urbanização em Goiás (1920-1980)**. Brasília, DE/UNB, 1984 (Dissertação de Mestrado).
- BERTRAN, Paulo. **Formação Econômica de Goiás**. Goiânia, Oriente, 1978.
- BORGES, Barsanufio Gomides. **Goiás: “Modernização” e Crise (1920-1960)**. São Paulo, FFLCH/USP, 1994 (Tese de Doutorado).
- CAMPOS, Francisco Itami. **Questão Agrária: Bases Sociais da Política Goiana (1930-1964)**. São Paulo, FFLCH/USP, 1985 (Tese Doutorado).
- CAPES, **Estudos de Desenvolvimento Regional (Goiás)**, Rio de Janeiro, 1959.
- GOMES, Horieste. **Geografia Sócio-Econômica de Goiás**. Goiânia, Livraria Brasil Central Editora, 1969.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **A Modernização Dolorosa**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- GOIÁS - **Uma Nova Fronteira Humana**. Conselho de Imigração e Colonização, Rio de Janeiro, 1949.
- MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo**. São Paulo, Pioneira, 1975.
- MOREYRA, Sérgio Paulo. “*À Sombra do Ouro*”. In: **Revista do ICHL/UFG**, nº 2, vol. II, Goiânia, 1982.
- NETO, Wenceslau Gonçalves. **Estado e Agricultura no Brasil**. São Paulo, HUCITEC, 1997.
- OLIVEIRA, Francisco de **Elegia Para uma Re(li)gião**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- _____. “*A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*”. In: **Seleções Cebrap I**. São Paulo, Brasiliense, 1976.
- SILVA, Sérgio. “*Agricultura e Capitalismo no Brasil*”. **Contexto**, nº 1, p. 23-32, nov. 1976.
- _____. “*Desenvolvimento Econômico e Agricultura no Brasil*”. In: **As formas de Acumulação e o Desenvolvimento do Capitalismo no Campo**. Centro de Estudos Noel Nutels, Niterói RJ, 1976.
- SZMRECSÁNYI. Tamás. “*O Desenvolvimento da Produção Agropecuária (1930-1970)*”. In:

¹⁸ **Correio Oficial**, citado, 16 mar. 1944.

FAUSTO, Boris (Org.) **O Brasil Republicano**, (HGCB), Tomo III, vol. IV, São Paulo, DIFEL, 1984.